

Exmo(a). Senhor(a)
Helder Cunha Ferreira, Unipessoal, Lda.
Lugar de Pedome, nº 3 - Cave e Sub-cave

4730 -705 VILA VERDE

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
DPCA/ID 1498449

Assunto|Subject

Envio do alvará de licença nº 121/ 2013/CCDRN para a realização de operações de gestão de resíduos de veículos em fim de vida para a empresa Helder Cunha Ferreira, Unipessoal, Lda. para a sua instalação sita no Lugar de Pedome, nº 3 - Cave e Sub-cave, 4730-705 Vila Verde

Relativamente ao pedido de licenciamento para a realização de operações de gestão de resíduos em epígrafe e na sequência do V/ requerimento, junto se envia a V. Ex.^a o Alvará de Licença nº 121/ 2013/CCDR-N, nos termos do Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de Junho que altera e republica o Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

AF/

Gilda Nogueira

ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

N.º 121/ 2013 / CCDRN

Proc. 178/13-DPCA

Nos termos do artigo 33º do anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro, é emitido o presente alvará de licença à empresa **Hélder Cunha Ferreira, Unipessoal, Lda.**, com sede no Lugar de Pedome, n.º 3 – Cave e Sub-cave, 4730-705 Vila Verde, freguesia de Vila Verde, concelho de Vila Verde, detentora do NIF 510 846 505 para as operações de tratamento de resíduos de ponto I do artigo 23º da actual redacção do Decreto-Lei n.º 178/ 2006 de 5 de Setembro.

Operação(ões) de gestão de resíduos:

- Despoluição, desmantelamento e armazenagem de veículos em fim de vida [Decreto-Lei n.º 196/2003 de 23 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008 de 8 de Abril] – CAE 38311 (Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida), de acordo com o Anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.

O presente alvará de licença é válido de 3 de dezembro de 2013 a 3 de dezembro de 2018, ficando a realização da operação de gestão de resíduos sujeita ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Porto, 3 de dezembro de 2013

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

Especificações anexas ao alvará n.º 121/ 2013/CCDR-N

1. Identificação da Instalação:

| | | | |
|---|-----------------------------|-----------|-------------|
| Rua Pedome, n.º 3, Cave e Sub-cave, 4730-705 Vila Verde | | | |
| Freguesia: | Vila Verde | Concelho: | Vila Verde |
| Telefone: | 937261191 | Fax: | ----- |
| Endereço eletrónico: | helderferreiracar@gmail.com | | |
| Georreferenciação | X | -25010.85 | Y 218722.54 |
| Técnicos Responsáveis | Hélder da Cunha Ferreira | | |

2. Descrição da Atividade

2.1 Esta licença é válida para o tratamento de Veículos em Fim de Vida (VFV) provenientes de proprietários/ detentores de VFV, destinados à operação de valorização de resíduos R12 - Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R I a R II e R13 - Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R I a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), conforme consta no anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.

2.2 As instalações para exercício da atividade possuem uma área coberta impermeabilizada de cerca de 345 m² e uma área descoberta impermeabilizada de cerca de 710 m².

As condições de armazenagem afetas à gestão dos veículos em fim de vida, estas estão organizadas por áreas:

- Zona de Receção de VFV – zona com capacidade para quatro veículos, destinada à receção e à armazenagem de VFV, com o objetivo do seu posterior encaminhamento para as operações de descontaminação. Esta zona exterior encontra-se devidamente identificada e delimitada, possui pavimento impermeabilizado, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas

- pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e coletores ligados ao separador de hidrocarbonetos.
- Zonas de descontaminação e desmantelamento – zona coberta, equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, destinada ao tratamento de VFV, nomeadamente à remoção e separação os seus componentes, com vista à sua despoluição e à reutilização, valorização ou eliminação dos materiais que o constituem. Possui equipamento que permite realizar a remoção, em condições de segurança, dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito (GPL); remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos (air-bags e pré-tensores dos cintos de segurança); remoção do combustível, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidade, do óleo dos sistemas hidráulicos, do líquido de arrefecimento, do anticongelante, do fluído dos travões e dos fluídos dos sistemas de ar condicionado, e ainda remoção dos catalisadores, pneus, dos grandes componentes de plástico (para-choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos, etc.), vidros e outros componentes.
 - Zona de armazenagem de materiais e componentes retirados de VFV, os resíduos provenientes da descontaminação de VFV são armazenados convenientemente em espaço coberto, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e coletores ligados ao separador de hidrocarbonetos. A zona de armazenamento de materiais ou componentes perigosos retirados dos VFV dispõe de dispositivos de retenção de derrames (bacias de retenção). Existem contentores apropriados e devidamente identificados para o armazenamento de baterias, filtros de óleo e condensadores contendo PCB/PCT.
 - Zona de armazenamento temporário de carcaças de V.F.V. descontaminados, a armazenagem no exterior, sobre pavimentos impermeáveis e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e coletores ligados ao separador de hidrocarbonetos.
 - Zona de armazenamento de peças e componentes auto para venda, este armazenamento será efetuado dentro do edifício em prateleiras devidamente codificadas para posterior venda, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas

pluviais, de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e coletores ligados ao separador de hidrocarbonetos.

- Zona para serviços administrativos e sociais, no interior.

Complementarmente, existe um sistema de registo de viaturas rececionadas e de registo de data da sua receção, dos seus dados (matrícula, número de chassis, categoria, marca e modelo, com informação do último proprietário e, ainda, das quantidades de materiais desmontados e encaminhados, por tipo de materiais ou componentes e de destinatário.

2.3 Os principais equipamentos afetos à atividade são: um sistema de descontaminação de V.F.V.; um equipamento de desativação de componentes pirotécnicos; uma estação móvel de recolha de A/C; um equipamento de apoio à extração de vidros; um equipamento para despoluição de amortecedores; um recipiente de ar comprimido; depósitos para armazenamento de fluídos colocados sobre bacia de retenção; um empilhador e ferramentas manuais.

2.4 Esta licença somente é válida para os seguintes resíduos, classificados com os códigos LER (Lista Europeia de Resíduos):

| Código LER | Descrição dos resíduos | Operação | Quantidade máxima anual (t/ano) |
|--------------|---|----------|---------------------------------|
| 16 01 04 (*) | Veículos em fim de vida. (20 V.F.V/ano) | R12/ R13 | 20 |
| 16 01 06 | Veículos em fim de vida. (100 V.F.V/ano) | R12/ R13 | 100 |

nos termos da Portaria n° 209/2004 de 3 de março, sendo a capacidade instantânea de armazenamento de 4 toneladas para resíduos perigosos e 10 toneladas para resíduos não perigosos. No respeitante à quantidade máxima anual de resíduos objeto das operações de gestão de resíduos supramencionados temos 120 toneladas para a operação de valorização R13 e para a operação de valorização R12.

3. Condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos

- 3.1 O titular desta licença deverá assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de gestão de Veículos em Fim Vida, de acordo com o estipulado nos anexos III, IV e, se aplicável, no anexo V, nos termos do Decreto-lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 64/2008, de 8 de abril, bem como as alterações introduzidas pelo artigo 8.º do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 3.2 Caso se verifique a exportação de peças em segunda mão para países terceiros deverão ser cumpridos os critérios estabelecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente no ofício circular 1055/09/DOGR/DRESC/ 3309 que se anexa e faz parte integrante deste alvará.
- 3.3 Nos termos do Decreto-lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 64/2008, de 8 de abril, a emissão desta licença não confere ao seu titular a faculdade de emissão de certificados de destruição para os resíduos com o código LER16 01 06.
- 3.4 Deverá dar cumprimento à Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos, assim como às medidas previstas na mesma. Na sequência do preceituado no n.º 2 do Artigo 5.º da Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro, a comunicação prévia deverá ser remetida para o seguinte endereço de e-mail: lei54metais@rnsi.mai.gov.pt
- 3.5 Para uma correta gestão de pilhas e acumuladores o titular desta licença deverá cumprir com os requisitos explanados no Decreto-lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro.
- 3.6 Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser acondicionados em local munido de bacia de retenção, em recipientes estanques, cujo material não reaja com os componentes dos referidos resíduos.

- 3.7 Relativamente aos óleos usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 153/2003 de 11 de julho, com as alterações introduzidas pelo artigo 7º do Decreto-Lei nº 73/2011, 17 junho.
- 3.8 É proibida a mistura de óleos com outras substâncias, uma vez que estes produtos prejudicam o tratamento do óleo usado.
- 3.9 A armazenagem de óleos usados deverá ser efetuada de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente nem para a saúde humana e de forma a evitar a possibilidade de derrame, incêndio ou explosão, devendo ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade ao(s) resíduo(s).
- 3.10 Os óleos usados devem ser armazenados em reservatórios separados, relativamente a outros resíduos, nomeadamente resíduos facilmente inflamáveis. Os óleos usados devem ser armazenados de forma que não seja possível a sua contaminação, nomeadamente por água ou poeiras.
- 3.11 Os óleos usados devem ser armazenados de forma que seja sempre possível e em qualquer altura detetar derrames e fugas.
- 3.12 Todos os locais de armazenagem de óleos usados deverão estar dotados de material absorvente pronto a usar em caso de pequenos derrames e ostentar em local visível, instruções sobre a sua utilização e encaminhamento a dar aos resíduos resultantes da limpeza.
- 3.13 A identificação dos óleos usados deverá ser efetuada de acordo com as normas e regulamentos em vigor, devendo ser indelével, permanente e identificado com toda a clareza o código da Lista Europeia de Resíduos (Portaria nº 209/2004, de 3 de março), e as características que conferem perigosidade ao resíduo.
- 3.14 Deve ser assegurada a adequada ventilação do local de armazenagem temporária. O sistema de ventilação deverá ser dimensionado de forma a impedir a acumulação de gases inflamáveis

em concentrações suscetíveis de causar danos para a saúde humana e para o ambiente, devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características de construção do local.

3.15 Os reservatórios ou embalagens utilizados na armazenagem de óleos usados devem estar em boas condições, não apresentando sinais de enferrujamento severo nem exibindo sinais de deterioração, defeitos estruturais, ou fugas visíveis, devendo ser dada especial atenção à sua resistência.

3.16 Qualquer local destinado à armazenagem de óleos usados deverá estar devidamente identificado. Todos os locais de acesso devem ostentar avisos relativos à proibição de fumar, atear fogo ou utilizar equipamentos suscetíveis de provocar faíscas ou calor.

3.17 Os locais de armazenagem temporária de óleos usados deverão ser dotados de extintores e/ou outros meios de combate a incêndios. Estes meios deverão ser devidamente dimensionados devendo ser considerados os quantitativos máximos de óleos usados armazenados, bem como as características de construção do local.

3.18 Os pavimentos das instalações deverão dispor de caleiras devendo a capacidade de contenção das respetivas bacias ser, de 110% da capacidade de armazenagem do maior contentor ou de 25% da capacidade total dos contentores, consoante o que for maior. Alternativamente os equipamentos poderão estar colocados dentro de bacia de contenção individual, a qual deverá possuir, pelo menos, 50% da capacidade máxima do mesmo.

3.19 Relativamente aos pneus usados originados no estabelecimento, deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-lei n.º 111/2001 de 6 de abril e Decreto-lei n.º 43/2004 de 2 de março com as alterações introduzidas pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2011, 17 de junho.

3.20 Os pneus usados não podem ser armazenados misturados com outros resíduos ou materiais e devem cumprir os seguintes requisitos de armazenagem:

- a) A instalação deve ser protegida de ações adversas externas de modo a impedir a dispersão dos pneus armazenados e a nidificação de insetos e roedores.
- b) O armazenamento deverá ser efetuado em filas, ou seja, dividido em ruas possibilitando isolar áreas que originaram incidentes ou acidentes.
- c) As pilhas de pneus usados devem ter no máximo 6 metros de altura, 76 metros de comprimento e 15 metros de largura; devem ser dispostas de modo a evitar possíveis danos às pessoas alocadas à instalação.
- d) As pilhas de pneus deverão estar arrumados de forma a permitir a circulação entre si e em relação às paredes da instalação, bem como permitir o acesso de equipamento e veículos de emergência.

3.2.1 Relativamente aos componentes contendo PCB/PCT deverá ser dado cumprimento às disposições estabelecidas no Decreto-Lei n.º 277/1999, de 23 de julho.

4. Condições gerais

- 4.1 O titular desta licença compromete-se a realizar a operação de gestão de resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e o ambiente, e a respeitar os princípios estabelecidos no Título I do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho, que lhe sejam aplicáveis.
- 4.2 O titular desta licença compromete-se a implementar as normas técnicas aplicáveis à gestão dos resíduos objecto desta licença, nomeadamente, as previstas nos art.º 20º a 22ºA do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 4.3 O titular desta licença é ainda responsável pelo cumprimento de toda a legislação aplicável à presente actividade de gestão de resíduos, nomeadamente, em matéria de ambiente e de higiene, saúde e segurança no trabalho, sem prejuízo do cumprimento de todas as condições que venham a ser impostas, em qualquer momento, pela CCDRN ou por outras entidades no âmbito das suas competências.

- 4.4A instalação deverá contemplar medidas de prevenção dos riscos de incêndio e de explosão, em conformidade com normas em vigor para proteção de incêndio e de explosão, bem como medidas de segurança, autoproteção de um plano de emergência interno relativo à prevenção de riscos, sistemas de alarme, de evacuação e de emergência.
- 4.5A operação de gestão de resíduos perigosos deverá ser realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos no “Regulamento das Unidades de Gestão de Resíduos Perigosos”, aprovado, por despacho de 10 de dezembro de 2009 do Diretor-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do artigo 11º do Anexo II do Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de junho e disponibilizado em http://www.apambiente.pt/_zdata/Regulamento%20das%20Unidades%20de%20Gestao%20de%20residuos%20Perigosos%20no%20CIRVER.
- 4.6O transporte de resíduos em território nacional deverá ser efetuado de acordo com as disposições da Portaria nº 335/97 de 16 de maio. O transporte deverá ser sempre acompanhado das respetivas guias modelo nº 1428 da Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- 4.7O transporte de resíduos deve respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 41-A/2010 de 29 de abril e pela Declaração de Retificação nº 18/2010 de 28 de junho.
- 4.8Na situação de importação e/ou encaminhamento dos resíduos para instalações, devidamente legalizadas, no estrangeiro, deverá ser dado cumprimento ao Decreto-lei nº 45/2008, de 11 de março, que assegura a execução e garante o cumprimento do estabelecido no Regulamento (CEE) nº 1013/2006, do Conselho, de 14 de junho, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade.
- 4.9O titular desta licença deverá estabelecer o registo de cargas de resíduos recusadas, incluindo a informação relativa ao motivo da recusa, origem e classificação dos resíduos, de acordo com a Portaria nº 209/2004, de 3 de março, número da respetiva guia de acompanhamento, identificação do transportador, bem como outras informações consideradas relevantes.

- 4.10O titular desta Licença terá que se registar no SIRAPA – Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, e, por conseguinte, dar cumprimento à Portaria n.º 1408/2006 de 18 de dezembro, relativa ao SIRER. Deverão ser preenchidos anualmente os mapas integrados de registo de resíduos, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 49-B do Decreto-lei n.º73/2011 de 17 de junho.
- 4.11A operação de gestão de resíduos deverá ser sempre realizada sob a direção de um responsável técnico, o qual deve deter as habilitações profissionais para o efeito, de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 junho. Deverá ser sempre comunicado a esta Comissão a alteração do técnico responsável pela operação de gestão de resíduos.
- 4.12Os resíduos gerados na instalação não poderão ser armazenados no local de produção, por um período superior a um ano, sem autorização para tal, de acordo com o artigo 32º do Anexo II do Decreto-Lei n.º73/2011 de 17 de junho.
- 4.13O abastecimento de água às instalações é feito a partir da rede pública de abastecimento, conforme documento emitido pelo Município de Vila Verde.
- 4.14 As águas residuais domésticas são encaminhadas para fossa séptica estanque, sendo assegurada a recolha periódica e envio dessas águas para a ETAR do Prado; foi apresentada fatura da empresa Agrogestal – Comércio de Produtos Agrícolas, Lda. e recibo provisório da empresa Águas do Noroeste, ambos datados de 31/05/2013.
- 4.15As águas residuais resultantes do processo são descarregadas no solo através de órgão de infiltração, após tratamento em sistema de separador de hidrocarbonetos. Deverá ser dado cumprimento integral ao estipulado na licença de descarga n.º L012465.2013.RH2.
- 4.16O titular desta licença deverá assegurar que a atividade da empresa cumpre o estipulado no artigo 13º do Decreto-lei n.º 9/2007, 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído e deverá evidenciá-lo através de um relatório de ensaio de ruído. Este ensaio deverá ser realizado por

laboratórios de ensaio acreditados pelo organismo nacional de acreditação, IPAC - Instituto Português de Acreditação, I.P, de acordo com artigo 34º do mesmo diploma.

- 4.17 Deve existir em arquivo nas instalações um dossier com um processo devidamente organizado e atualizado referente ao licenciamento da operação de gestão de resíduos, devendo nele estarem incluídos todos os elementos relevantes. Sempre que solicitado pela Entidades com competências de fiscalização, o dossier em questão deverá ser disponibilizado.
- 4.18 O titular desta licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.
- 4.19 O objeto da licença fica sujeito à fiscalização e inspeção das autoridades competentes, obrigando-se o titular da licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspeção e fiscalização.
- 4.20 Da inobservância de qualquer das condições impostas resulta a caducidade imediata desta licença, conforme o estipulado nos nº 3 e 4 do artigo 38º, bem como no nº 1 e 2 do artigo 39º do Anexo II do Decreto-lei n.º 73/2011 de 17 de junho.
- 4.21 Os litígios que surjam relativamente a esta licença serão resolvidos pelos Tribunais Portugueses.
- 4.22 Em caso de ocorrência de qualquer situação suscetível de gerar efeitos adversos sobre a saúde humana e/ou ambiente, o operador deve notificar a CCDRN desse facto, tão rapidamente quanto possível e no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência.
- 4.23 A paragem das atividades desta instalação ou de partes desta deve ser efetuada de forma segura tanto para a saúde humana como para o ambiente em todas as suas componentes/descriptores, eliminando focos de potenciais emergências a estes níveis.

4.24 Em caso de cessação da atividade de operação de gestão de resíduos, deverá ser apresentado à CCDRN um pedido de renúncia instruído com a documentação necessária, de modo a evidenciar que a cessação da atividade não produzirá qualquer passivo ambiental, de acordo com o artigo 40º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.

A Diretora de Serviços de Ambiente

(Paula Pinto)

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento do Norte
Rua Rainha D. Estefânia nº 251
4150-304 PORTO

| | | | |
|---------------|------|----------------------------|------|
| S/ referência | Data | Intervenção | Data |
| | | Of. Circular | |
| | | Nº 1065/03/CCGR/DRESC 3309 | |

Assunto: Peças provenientes do desmantelamento de Veículos em Fim de Vida.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 64/2008 de 8 de Abril, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para o ordenamento jurídico interno a Directiva n.º 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Setembro, no qual constitui um dos princípios fundamentais a reutilização de componentes reutilizáveis, sem prejuízo dos requisitos de segurança dos veículos e do ambiente, tais como o controlo das emissões para a atmosfera, do ruído e no que diz respeito aplicação do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Junho, referente ao movimento transfronteiriço de resíduos, e atendendo à fronteira ténue existente entre peças reutilizáveis e resíduos, considerou-se necessário proceder à harmonização de procedimentos, tendo em vista a minimização de situações de dúvida no âmbito da exportação de peças em segunda mão para países terceiros.

Assim e na sequência da reunião realizada nesta Agência no dia 18 de Maio do corrente ano, a qual contou com a representação da Valorcar e da IGAOT, informa-se que as empresas licenciadas para o desmantelamento de Veículos em Fim de Vida e que pretendem exportar peças para países terceiros, deverão dar cumprimento aos seguintes critérios:

1. Apresentação de documento comprovativo das peças serem originadas de um desmancheiro de VEV licenciado;

Para mais informações, consulte o site da Agência Portuguesa do Ambiente ou contacte a Agência Portuguesa do Ambiente pelo telefone 22 472 82 50 (ext. 23412) - 477 86 74 (ext. 23413) ou pelo e-mail: geral@ccdr-n.pt

2. Apresentação Factura com discriminação de todas as peças e respectivo preço, incluindo lista anexa exhaustiva das peças;
3. As peças deverão estar esvaziadas de líquidos perigosos;
4. Deverá ser utilizado material absorvente no fundo do contentor;
5. Apresentação de declaração, sob compromisso de honra, em como as peças estão aptas a funcionar ou são passíveis de reparação.

Face ao exposto, solicita-se a V.^a Ex.^a a divulgação desta informação junto dos operadores licenciados para o desmantelamento de veículos em fim de vida.

Com os melhores cumprimentos.

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques


Luísa Pinheiro
g.º Direc.º

